

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**ANA CRISTINA MATTES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Especificações desta modalidade de ensino

**Porto Alegre**  
**2010**

**ANA CRISTINA MATTES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Especificações desta modalidade de ensino

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAGED/UFRGS.

**Orientadora:**  
**Prof<sup>ª</sup>. Maria Elly Genro**

**Porto Alegre**  
**2010**

Dedico este trabalho:  
A Deus, pela constante companhia e apoio em todos os  
momentos de minha vida.  
Aos meus pais Bráulio e Jeanice, pela educação, formação  
e amor que sempre me deram.  
Ao meu marido Julio, pela paciência e compreensão.  
Aos meus irmãos Fábio, Márcio e Kelli, com quem  
constantemente aprendo e valorizo a importância do amor  
em família.  
Ao meu filho Guinther que está chegando para completar  
minha felicidade.  
À minha orientadora Maria Elly e à minha tutora Caroline,  
pela orientação e pelos ensinamentos.

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho seria impossível sem a colaboração de algumas pessoas e instituições que, de diversas formas, deram sua contribuição em diferentes etapas. Destas, manifesto um agradecimento especial,

Ao Centro Municipal de Educação Ayrton Senna, pela confiança depositada;

Aos meus queridos e inesquecíveis alunos, que me receberam com todo o carinho para a realização do estágio;

À professora Lilian, titular da turma estágio, pelos ensinamentos e conselhos que foram de grande valia para o meu crescimento profissional;

Aos funcionários e professores do Programa de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por toda dedicação;

Em especial à minha irmã Kelli, incansável companheira, que além de todos os incentivos, me acompanhou ao longo desta jornada;

Finalmente, à minha família e amigos, pelo incentivo e companheirismo imprescindíveis ao longo deste trabalho.

*O saber não nos torna melhores nem mais felizes, mas a educação pode nos ajudar a nos tornarmos pessoas melhores, se não mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas.*

*Edgar Morin*

## RESUMO

Há décadas, nosso país vem tentando alternativas para alfabetizar aqueles que não tiveram acesso, ou que apesar do acesso, não puderam dar continuidade aos estudos na idade própria. No entanto, muitos adultos, ao retornarem à escola, não se sentem acolhidos e envolvidos no processo de ensino aprendizagem, e mais uma vez, acabam abandonando os bancos escolares. E porque isso acontece? Será que a escola atual está em sintonia com os alunos que dela servem? Quem é o aluno freqüentador das classes de educação de jovens e adultos? Como deve ser o perfil do educador que atua em classes de educação de jovens e adultos? Qual a maneira de acolher, motivar e envolver esses alunos de forma que este não seja mais um retorno à escola seguido de um abandono que talvez possa significar um afastamento definitivo? Como romper com a representação de escola tradicional que trazem consigo? O presente trabalho, busca responder estas entre outras questões e a metodologia utilizada é uma combinação de pesquisa bibliográfica com fins de reflexão e fundamentação teórica e análise da experiência vivenciada através do estágio curricular obrigatório, realizado no período de 12 de abril a 2 de julho de 2010, em uma classe de alfabetização de adultos, do Centro Municipal de Educação Ayrton Senna, localizado no município de Sapiranga. A pesquisa bibliográfica, além de apresentar alguns aspectos históricos que marcaram a educação brasileira, demonstrando que a preocupação política com o segmento social analfabeto vem de longa data, traz alguns aspectos legais, através dos quais podemos perceber que na medida em que o quadro social, político e econômico se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País, originando disposições legais que estabeleceram critérios e normas expressando e representando os interesses dos diferentes movimentos sociais existentes no país. A pesquisa bibliográfica também consiste no embasamento teórico de alguns autores que desenvolveram pesquisas que perpassam a temática em estudo como, Paulo Freire, Emília Ferreiro e Álvaro Vieira Pinto, além de apresentar as definições de alfabetização e letramento seguidas de uma reflexão sobre a alfabetização e o letramento nas classes de educação de jovens e adultos. Devido a heterogeneidade presente nas classes de educação de jovens e adultos, são tratadas algumas especificidades desta modalidade de ensino como, a definição da modalidade, a identidade dos alunos, currículos e práticas pedagógicas e saberes necessários ao educador das classes de educação de jovens e adultos. Considerando que o período de estágio oportunizou uma rica experiência, que gerou muitas aprendizagens e transformações, o presente trabalho também traz uma reflexão tendo como base as práticas realizadas durante o período de estágio. Desta forma, espero que o presente trabalho possa contribuir para um repensar sobre a modalidade de educação de jovens e adultos, tendo em vista os altos índices de analfabetismo do país, apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde a taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade é de 14,1 milhões de analfabetos, índice esse que acredito ser possível modificar, através de políticas específicas e da tomada de medidas constantes no sistema de ensino como um todo.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Prática pedagógica.

## ABSTRACT

For decades, our country has been trying alternatives to teach how to read and write those who had no access, or, despite the access, were unable to continue their studies at the appropriate age. However, many adults, when they return to school, do not feel welcome and involved in the teaching process, and, once again, end up dropping out of school. And why does this happen? Is the school in line with the students who attend it? Who is the student that attends young adults and adults classes? How should the profile of the educator who works with young adults and adults classes be? What is the best way to accommodate, motivate and involve these students so that this is no longer a return to school followed by a dereliction that might mean a definite drop out? How to break with the traditional school representation that the students bring with them? This paper aims to answer these and other issues, and the methodology used is a combination of bibliographical research for purposes of reflection and theoretical analysis of the lived experience through the mandatory student teaching, conducted from April 12 to July 2, 2010, in an adult literacy class, at the Centro Municipal de Educação Ayrton Senna, located in Sapiranga. The bibliographical research, besides presenting some historical aspects that marked the Brazilian education, demonstrating that political concern for the social segment illiteracy has long-standing, also brings some legal aspects, through which we can notice that insofar as the social, political and economic panorama was being delineated, education was starting to impose itself as a precondition for the development of the country, creating legal provisions which established criteria and standards expressing and representing the interests of different social movements in the country. The bibliographical research also is the theoretical basis of some authors who have developed researches that underlie the subject under study, such as Paulo Freire, Emilia Ferreiro and Alvaro Vieira Pinto, besides presenting the definitions of literacy followed by a reflection on literacy classes for young adults and adults. Because of the heterogeneity in education classes for young adults and adults, some characteristics of this mode of education are treated, such as the definition of the modality, the identity of the students, curricula and teaching practices and the knowledge needed for the young adults and adults classes educator. Considering that the training period offered a rich experience that generated a lot of learning and transformation, this work also presents a reflection based on the practices carried out during the mandatory student teaching period. Thus, I hope that this work can contribute to a rethinking about the modality of young adults and adults education, considering the high illiteracy rates in this country, presented by the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) of 2009, released by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), which shows that the illiteracy rate in Brazil among people aged 15 or older is 14.1 million illiterate, content that I believe is possible to change, through specific policies and decision measures contained in the education system as a whole.

**Keywords:** Young adults and adults education. Literacy. Pedagogical Practice.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CPC	Centros Populares de Cultura
CPCTAL	Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
SNEA	Serviço Nacional da Educação de Adultos

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>07</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Aspectos históricos da educação no Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Aspectos legais da educação de jovens e adultos.....</b>	<b>16</b>
<b>3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 Definição de Educação de Jovens e Adultos.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2 Identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos .....</b>	<b>20</b>
<b>3.3 Currículo e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos .....</b>	<b>22</b>
<b>3.4 Saberes necessários ao educador da EJA .....</b>	<b>25</b>
<b>4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Definição dos termos .....</b>	<b>27</b>
<b>4.2 Alfabetizando e letrando nas classes de educação de jovens e adultos.....</b>	<b>29</b>
<b>5 TEORIAS E MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>32</b>
<b>6 EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....</b>	<b>38</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial desta reflexão se deu a partir das experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado do curso graduação em Pedagogia, realizado no período de 12 de abril a 2 de julho de 2010, em uma classe de alfabetização de adultos, do Centro Municipal de Educação Ayrton Senna, localizado no município de Sapiranga. Experiência que oportunizou o desenvolvimento de muitas habilidades pedagógicas e que também proporcionou a geração de muitos conflitos pessoais, que resultaram em exercícios de pensar a prática numa perspectiva transformadora, componente decisivo no processo de amadurecimento profissional.

Há décadas, nosso país vem tentando alternativas para alfabetizar aqueles que não tiveram acesso, ou que apesar do acesso, não puderam dar continuidade aos estudos na idade própria. No entanto, muitos adultos, ao retornarem à escola, não se sentem acolhidos e envolvidos no processo de ensino aprendizagem, e mais uma vez, acabam abandonando os bancos escolares. E porque isso acontece? Será que a escola atual está em sintonia com os alunos que dela servem? Quem é o aluno freqüentador das classes de educação de jovens e adultos? Como deve ser o perfil do educador que atua em classes de educação de jovens e adultos? Qual a maneira de acolher, motivar e envolver esses alunos de forma que este não seja mais um retorno à escola seguido de um abandono que talvez possa significar um afastamento definitivo? Como romper com a representação de escola tradicional que trazem consigo?

O presente trabalho, busca responder estas entre outras questões, e tem a finalidade de contribuir para um repensar do educador atuante nas classes de Educação de Jovens e Adultos. A amplitude do tema escolhido é reconhecida, daí que consideramos o presente trabalho como uma mera introdução, como simples aproximação ao assunto que nos parece de importância fundamental, tendo em vista que a taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade é de 14,1 milhões de analfabetos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O primeiro capítulo, apresenta alguns aspectos históricos que marcaram a educação brasileira, demonstrando que a preocupação política com o segmento social analfabeto vem de

longa data. Além disso, são apresentados alguns aspectos legais sobre a educação de jovens e adultos através dos quais podemos perceber que na medida em que o quadro social, político e econômico se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País, originando disposições legais que estabeleceram critérios e normas expressando e representando os interesses dos diferentes movimentos sociais existentes no país.

Devido a heterogeneidade presente nas classes de educação de jovens e adultos, o segundo capítulo, trata de algumas especificidades desta modalidade de ensino como, a definição da modalidade, a identidade dos alunos, currículos e práticas pedagógicas e saberes necessários ao educador das classes de educação de jovens e adultos.

Considerando que um dos objetivos principais das classes de alfabetização de adultos é alfabetizar letrando, o ponto de partida do terceiro capítulo é a definição dos termos alfabetização e letramento, seguido de uma reflexão sobre a alfabetização e o letramento nas classes de educação de jovens e adultos.

O processo educacional mundial é marcado por diversas abordagens que foram surgindo para atender a realidade de cada momento histórico. Questões relacionadas a forma de ensinar, estratégias utilizadas, entre outros aspectos, já faziam parte das reflexões de teóricos e pensadores da educação, desde as primeiras civilizações. O problema da aprendizagem da leitura e escrita, em específico, vem sendo discutido há décadas e tem sido exposto como uma questão de método, sendo que a preocupação dos educadores tem-se voltado para a busca do melhor ou mais eficaz deles. Levando em consideração que tratar do tema educação de jovens e adultos, sem mencionar Paulo Freire, Emilia Ferreiro e Álvaro Vieira Pinto é impossível, no quarto capítulo são apresentadas algumas idéias desses referenciais educativos.

Considerando que o período de estágio oportunizou uma rica experiência, que gerou muitas aprendizagens e transformações, o último capítulo traz uma reflexão tendo como base as práticas realizadas durante o período de estágio.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

### 2.1. Aspectos históricos da educação no Brasil

Antes de focalizar e aprofundar a educação de jovens e adultos com observações específicas referentes a esta modalidade de ensino, a identidade dos alunos, o perfil dos educadores, entre outras reflexões, é necessário apresentar alguns aspectos históricos que marcaram a educação brasileira, tendo em vista que a preocupação política com o segmento social analfabeto emerge em meados do século XVI.

Fazendo uma viagem no tempo, descobrimos que, apesar da denominação Educação de Jovens e Adultos ser moderna, a preocupação com os adultos não escolarizados vem de longa data. De acordo com Prazeres (2008), os primeiros indícios perceptíveis de uma preocupação com os adultos não escolarizados, foram durante o processo de colonização, em 1549, quando os padres jesuítas, acreditando que seria impossível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever, dedicaram-se a pregação da fé e ao trabalho educativo, ensinando além das primeiras letras, os costumes europeus, fazendo com que os índios, desta forma, servissem tanto à igreja quanto ao trabalho.

Em 1759 os jesuítas foram expulsos, pois, conforme razões apontadas pelo Estado, eles eram detentores de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, além disso, educavam os cristãos a serviço da ordem religiosa e não aos interesses do país. Até esse momento na história, pode-se dizer que predominou no Brasil a educação caracterizada pela presença quase absoluta dos jesuítas, com ênfase no caráter religioso do ensino. Após esse período, a orientação educacional adotada, era a de formar um perfeito nobre, negociante, simplificar e abreviar os estudos, fazendo com que um maior número de pessoas se interessasse pelos cursos superiores. Surge com isso, um ensino público propriamente dito, não mais um ensino financiado pelo estado que formava o indivíduo para a igreja, e sim, financiado pelo e para o estado.

A história mostra que, do período dos jesuítas a Pombal, a educação brasileira foi marcada pelo objetivo de formar a elite da sociedade, ou seja, neste período foi atribuída

pouca importância ao ensino, pois este destinava-se a segmentos restritos da população. Essa elite poderia completar seus estudos na Europa, não havendo a necessidade de aprofundamento da educação no país. Podemos afirmar que, no período entre a expulsão dos jesuítas e a transposição da corte Portuguesa para o Brasil em 1808, há uma lacuna de quase meio século na educação brasileira caracterizada pela precariedade e decadência do ensino. (RIBEIRO,2007; ZOTTI, 2004).

Essa nítida falta de incentivos demonstra que não havia interesse na implementação de políticas educacionais eficientes, pois quem detém o poder político e quer mantê-lo a todo custo, não pode oferecer ferramentas que levem a consciência da opressão, possibilitando o desenvolvimento de práticas emancipatórias.

Segundo Ribeiro (2007), quando Portugal é invadido em 1808, a família real e a corte se vêm obrigadas a virem para o Brasil, gerando uma reorganização administrativa em nosso país, e conseqüentemente, uma nova realidade no campo intelectual geral, como: a criação da Imprensa Régia (1808), Biblioteca Pública (1810), Jardim Botânico (1810), Museu Nacional (1818), bem como a criação de vários cursos para um preparo pessoal mais diversificado.

Constatou-se assim, que no período colonial a educação desencadeava um caráter mais religioso que educacional escolar e que com a vinda da família real para o Brasil surgiu a necessidade de um sistema educacional que atendesse o novo contexto social que surgia no país.

Conforme Zotti (2004), após a independência do Brasil, nos primeiros anos, a maioria da população brasileira, pertencente às camadas inferiores da sociedade, viveu com dificuldades até mesmo para suprir suas necessidades básicas. O interesse da minoria dominante era colocar o Estado e a população a serviço de seus interesses econômicos, desta forma, a educação era conduzida de acordo com os interesses dessa classe dirigente.

No período da Primeira República (1889 - 1929), a organização escolar recebe influências da filosofia positivista. O Decreto 510 do Governo Provisório da República diz em seu artigo 62, item 5º, que: “o ensino será leigo e livre em todos os graus e gratuito no primário”. O índice de analfabetismo no Brasil neste período é de 67,2%. (HISTÓRIA, [s.n.t])

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931 o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. A partir desta década, devido a grandes mudanças políticas e econômicas, bem como demais transformações que ocorreram na sociedade, a educação básica de adultos

começou a se estabelecer, assim como o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. (ARCANJO; HANASHIRO, 2010, p.77).

Conforme Souza (2007), a Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE), que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) – o que permitiu a instituição, em 1942, do Fundo Nacional do Ensino Primário, o qual deveria, com um programa de ampliação da educação primária, incluir o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes.

Com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Jovens e Adultos tornou-se oficial. A partir desta data, muitas campanhas, iniciativas políticas e pedagógicas bem como projetos, foram lançados com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, permitindo que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional.

Começam a surgir as primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo. É criado o SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos, que objetivou orientar e coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo, conseguindo gerar várias ações que permitiram a realização da 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, que no meio rural visava fixar o homem no campo, e no meio urbano objetivava a preparação de mão-de-obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial.

Em 1961, foi criado pela Igreja Católica com apoio do Governo Federal, o Movimento de Educação de Base (MEB), cujo objetivo era desenvolver um programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas.

Além disso, surgiram os Centros Populares de Cultura (CPC), em 1963, organização associada à União Nacional de Estudantes, com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária". Os CPCs reuniram artistas de diversas áreas, defendendo o caráter coletivo e didático da obra de arte, bem como o engajamento político do artista. Outra iniciativa que surgiu neste período foi o Movimento de Cultura Popular (MCP), que teve como objetivo difundir as manifestações da arte popular regional e desenvolver um trabalho de alfabetização de crianças e adultos.

Conforme Souza (2007), infelizmente, durante o regime militar (1964-1985) estes movimentos e seus integrantes foram perseguidos e reprimidos pelos órgãos do Governo Federal.

Entre os anos de 1950 e 1960 o país teve as maiores taxas de expansão da alfabetização, devido ao fato de que a partir de 1947 foram instaladas classes de ensino supletivo na maioria dos municípios. A taxa de analfabetos que em 1950 era de 50%, em 1960 atingiu 39,5 %, chegando a 33,1 % em 1970, segundo os indicadores demográficos e econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BREVE, [s.n.t.])

Desde o final da década de 1950 até meados de 1960, ocorre no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos. Em 1958, no II Congresso Nacional da Educação de Adultos, Paulo Freire, apresenta e defende uma educação de adultos que estimula a colaboração, decisão, participação e responsabilidade social e política, respeitando o conhecimento popular como ponto de partida da prática pedagógica.

Em 1967, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e preparar mão de obra aos interesses capitalistas, priorizando a população rural, sem uma preocupação maior com a formação do homem, o Governo Federal criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), através da Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

Em 1971 é implantado o ensino supletivo no Brasil e são criados em todo o país Centros de Estudos Supletivos, com o objetivo de escolarizar um grande número de pessoas, satisfazendo as necessidades do mercado de trabalho, que exigia cada vez mais uma maior escolarização. Mediante um baixo custo operacional, esses centros de estudos propunham um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização.

No final dos anos 70 e começo dos 80, iniciou-se um processo de abertura democrática, que possibilitou o retorno de inúmeros educadores que estavam fora do Brasil, dentre eles Paulo Freire, que trouxe consigo uma bagagem de experiências e novos conhecimentos que contribuíram para muitas conquistas na área de educação, principalmente para a alfabetização de adultos.

Com a redemocratização em 1985, após o turbulento período em que o Brasil submeteu-se ao regime ditatorial, a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto a Prefeituras municipais e organizações da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares.

Em 1988, a nova constituição trouxe importantes avanços para a educação de jovens e adultos, como a garantia do ensino fundamental gratuito aos que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Segundo Souza (2007), a partir de 1990, a educação de jovens e adultos começou a perder espaço nas ações governamentais, pois, era vista como um empreendimento muito caro, um gasto sem retorno para o sistema produtivo. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a Fundação Educar foi extinta através da medida provisória nº 251 e a União não criou nenhuma outra instância que assumisse as suas funções e foi se afastando das atividades da EJA, ausentando-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos, transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, art.37 e art.38, as várias modalidades de educação de jovens e adultos começam a ser contempladas bem como uma melhor adequação as novas exigências sociais. Dentre algumas alterações significativas podemos citar: redução da idade mínima (15 anos para o ensino fundamental e 18 para o ensino médio), suprime referências ao ensino profissionalizante atrelado ao EJA, criando um capítulo único para esta modalidade, defendendo uso de didática apropriada às características do alunado, condições de vida e trabalho, incentivando a aplicação de projetos especiais que proporcionem o alcance dos objetivos desejados.

Em janeiro de 2003, o Ministério da Educação anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato do governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, bem como para a formação de alfabetizadores. Conforme o site do Ministério da Educação, acessado em 26 de outubro de 2010, este programa, está sendo desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa, por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Conforme informações acessadas no site do Ministério da Educação em 27 de outubro de 2010, segundo dados estatísticos do IBGE, conforme o Censo de 2000, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 13,63%, sendo que de um total de 119.533.048 pessoas com 15

anos ou mais, 16.294.889 eram analfabetas. Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, a taxa de analfabetismo era de 6,65 %, sendo que, de uma população de 7.533.071 pessoas com 15 anos ou mais, 501.261 eram analfabetas.

Acompanhando os aspectos históricos desde o período da colonização do país até os dias atuais, percebe-se as diferentes formas de conceber a alfabetização de jovens e adultos e seus objetivos ao longo do processo histórico brasileiro. Observa-se que as idéias em torno da alfabetização de adultos no Brasil estão diretamente ligadas pelos modelos econômicos e políticos, bem como pelas relações de poder e grupos que estavam no poder em cada período da história. Em cada período pode-se perceber a influência dos diferentes grupos e movimentos sociais em torno de definições e reivindicações acerca das políticas e ações para a área da educação. Nota-se, que na medida em que o quadro social, político e econômico se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País, originando, aos poucos, disposições legais, estabelecendo critérios e normas que expressam e representam a multiplicidade das forças sociais (grupos de educadores, intelectuais, grupos políticos, partidários, ou ligados a diferentes movimentos sociais).

## **2.2. Aspectos legais da educação de jovens e adultos**

Sabe-se que a legislação surge em função das necessidades da nação frente às diferentes reivindicações e demandas dos diferentes movimentos sociais. A partir desse breve histórico sobre a educação no Brasil, apresentado na seção anterior, alinhavado com os aspectos legais tratados nesta seção, é possível compreender como, porque e com quais finalidades a educação de adultos está inserida nos textos das constituições e da legislação educacional, bem como no cenário nacional.

Conforme Souza (2007, p.50), [...] “ A primeira Constituição Brasileira (Carta Magna) data 1824, logo após a Proclamação da Independência do Brasil, ocorrida em 1822. Na Constituição, ainda no período imperial, estava determinado que todos os cidadãos teriam acesso à instrução primária gratuita.”

Porém, nessa época, a cidadania era restrita àqueles que eram considerados livres e libertos, uma vez que o modelo de produção era baseado no trabalho escravo, que perdurou até a abolição da escravatura, em 1888.

Já o Decreto nº 7.247, de abril de 1879, elaborado por Carlos Roberto Jamil Cury, tratava a reforma do ensino e previa a criação de cursos para adultos analfabetos, desde que esses fossem livres e do sexo masculino.

[...] O reconhecimento do caráter nacional da educação, como direito de todos, deu-se com a Constituição de 1934, que se referiu ao Plano Nacional de Educação, o qual deveria obedecer ao princípio do ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensivo aos adultos. [...] (SOUZA, 2007, p.51).

Em 1945, o Decreto nº 19.513, regulamentou ações do Fundo Nacional do Ensino Primário, estabelecendo que 25% de cada auxílio federal deveria ser destinado à educação de adultos e adolescentes analfabetos.

Segundo Souza (2007, p. 51) “Em 1947, com a Portaria nº 57, de janeiro de 1947, foi autorizada a organização de um Serviço Nacional de Educação, o que possibilitou a ação da Campanha Nacional de Educação de Adultos.”

Em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo foi instituída, exatamente no momento em que se iniciava no país uma nova etapa de educação de adultos, ao ser reconhecida a ineficiência das campanhas anteriores. Os educadores mobilizaram-se em busca de novas soluções para o problema do analfabetismo, propondo o desenvolvimento de um plano piloto em um município de cada uma das regiões brasileiras.

No ano de 1961, o Movimento de Educação de Base foi oficializado, estabelecendo diretrizes do convênio celebrado entre governo e Conselho Nacional dos Bispos do Brasil.

Em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de erradicar o analfabetismo e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos.

Em 1971, com a aprovação da Lei nº 5.692, foi regulamentada a inserção do ensino supletivo no ensino regular.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 estabelece que “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Nesse artigo, podemos perceber a definição dos objetivos da educação nacional, que dá ênfase à formação e ao desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o trabalho e à sua efetiva formação cidadã.

E em seu art. 208, ficou registrado que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.”

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determina que “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, bem como “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.”

O Plano Nacional de Educação (PNE), exigência da Constituição da República Federativa do Brasil, apresenta algumas questões postas em relação à Educação de Jovens e Adultos. A primeira questão refere-se ao fato de que não basta apenas ensinar a ler e escrever, e sim, é necessário a garantia mínima de nove séries do ensino fundamental. Outra questão é em relação à numerosa e heterogênea clientela de EJA, que por apresentar essas características, precisa que seus programas sejam diversificados. Além disso, o PNE destaca que o corpo docente precisa ser especializado e fazer uso de técnicas e materiais apropriados à sua clientela. Ressalta ainda o apoio dos empregadores na formação dos indivíduos, bem como a integração de programas da EJA com a educação profissionalizante, com o objetivo de aumentar a eficácia dessa modalidade de ensino.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas de 15 anos ou mais de idade é de 14,1 milhões de analfabetos no País. Isso demonstra que, infelizmente, apesar de toda legislação educacional existente, apenas estes mecanismos não garantem que o quadro de analfabetismo, com causas históricas que se enraizaram profundamente em nossa sociedade seja revertido. É necessário que sejam tomadas medidas constantes no sistema de ensino como um todo, como, a diminuição da exclusão escolar de crianças para que estas não venham a constituir-se os jovens analfabetos

do futuro, alternativas que atraiam a população mais velha e analfabeta às salas de aula, entre outras.

### **3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A partir das reflexões realizadas sobre os aspectos históricos e legais, vistos até o momento, fica mais fácil para avançarmos e focalizarmos nossas observações mais na modalidade de educação de jovens e adultos, como a definição atual dessa modalidade de ensino, identidade dos alunos que a frequentam, especificidades sobre o currículo, práticas pedagógicas e saberes necessários aos educadores da EJA, assuntos deste capítulo.

#### **3.1. Definição de Educação de Jovens e Adultos**

A EJA, é uma modalidade de ensino, amparada por lei, que tem a função de reparar uma dívida social com milhares de pessoas que por questões sociais ou atendendo às necessidades do mercado de trabalho não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria.

Além de alfabetizar, a Educação de Jovens e Adultos, objetiva capacitar os alunos para o mercado de trabalho. Mais que um direito, ela é a chave para o exercício da cidadania, como condição para uma plena participação na sociedade, pois possibilita que os indivíduos jovens e adultos desenvolvam suas habilidades e capacidades, retomem seus potenciais, troquem experiências e atualizem conhecimentos.

#### **3.2. Identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos**

Os alunos que frequentam as classes de educação de jovens e adultos possuem perfis distintos. O primeiro grupo, formado por pessoas mais velhas, que não tiveram condições e oportunidades de acesso ao ensino regular na idade própria, buscam a escola para iniciar ou dar continuidade a seus estudos. Apresentam objetivos diversos como: integrarem-se à sociedade letrada da qual fazem parte, porém não podem participar plenamente pelo fato de

não dominarem a leitura e a escrita; satisfazer necessidades particulares; promover seu desenvolvimento pessoal, entre outros. Possuem uma representação de escola bastante tradicional, pois, esperam que as aulas sejam apenas expositivas e acreditam que o professor é o único detentor do saber e que este deve transmitir o conhecimento enquanto que eles devem agir como elementos passivos, apenas recebendo e assimilando o que é transmitido.

O segundo grupo formado por alunos mais jovens, que tiveram acesso a uma escola, mas viveram experiências de insucesso e exclusão, alunos que ultrapassaram a idade estabelecida para estudar no diurno e que procuram nas classes de educação de jovens e adultos uma nova oportunidade.

Segundo Oliveira (1993), os alunos que frequentam as classes de educação de jovens e adultos são sujeitos que vivem no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado. São geralmente migrantes, provenientes de áreas rurais empobrecidas, com uma curta passagem pela escola, filhos de trabalhadores rurais com baixo nível de instrução escolar, que buscam a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo, bem como jovens excluídos da escola regular.

Conforme a autora,

[...] Numa sociedade tão saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas. Obviamente que, enquanto consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre este mundo, tem consciência de que não domina completamente o sistema de leitura e escrita e está, ativamente buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas da vida que exigem competências letradas. [...] (OLIVEIRA, 1993, p.15)

Segundo Pinto (1989, p.83) “O educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade. Não apenas por ser um trabalhador, e sim, pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência.”

Desta forma, apesar desses jovens e adultos não terem frequentado regularmente a escola e pelo fato de não dominarem o sistema de escrita, eles são seres pensantes, portadores e produtores de idéias, não podem ser considerados desconhecedores absolutos, ignorantes, ou completamente analfabetos, pelo fato de estarem imersos no mundo letrado, eles vão sendo

contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre as regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita. Além disso, esses jovens e adultos trazem uma extensa bagagem, oriunda de diversas experiências acumuladas ao longo de sua vivência.

Enfim, os alunos que frequentam as classes de educação de jovens e adultos são idosos, jovens, trabalhadores, desempregados, donas de casa, portadores de deficiências especiais, pessoas que vivem no mundo adulto do trabalho, membros atuantes na sociedade, que possuem responsabilidades familiares e sociais, vivências profissionais, históricos escolares, traços de vida, origens, valores étnicos e morais, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variados, que carregam consigo inúmeros conhecimentos adquiridos ao longo de sua história de vida.

### **3.3. Currículo e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos**

[...] “quando estamos lidando com o saber e o aprender, o que se vive é um cuidadoso e lento trabalho de lidar com momentos inesperados da experiência de vida de cada pessoa educanda. De olhar nos olhos uma gente que não raro precisou esperar mais da metade da vida para ser aceita em um banco de escola.” [...] (BRANDÃO, 2002, p. 43)

É com as sábias palavras de Brandão, que define muito bem um pouco da especificidade dos alunos frequentadores das classes de educação de jovens e adultos, que inicio o tema tratado nesta seção. Deve existir um currículo especial para a modalidade da educação de jovens e adultos? Como acolher e motivar os alunos de forma que este não seja mais um retorno à escola seguido de um abandono que talvez possa significar um afastamento definitivo? Como deve ser o processo de aprendizagem desses jovens e adultos ?

Segundo Oliveira (1993, p.62) “[...] os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre a escola e os alunos que dela se servem[...]”. De fato, as escolas funcionam com regras específicas e com uma linguagem particular que alunos que freqüentam as classes de educação de jovens e adultos, principalmente os alunos mais velhos, com uma passagem curta pela escola, apresentam

grandes dificuldades em trabalhar com essa linguagem. Currículos, programas, métodos de ensino foram concebidos para crianças e adolescentes que percorreriam o caminho da escolaridade de forma regular. E as escolas, muitas vezes, não fazem adequação desses, para esse grupo, que não é o alvo original da instituição.

Segundo Barcelos (2010), a escola acaba perdendo o seu significado pelo fato de não se dar conta de que os(as) educandos(as) que a ela estão chegando são outros(as). Não são mais aqueles com os quais ela estava acostumada e para os quais estava “preparada”.

Em primeiro lugar, a escola não pode se descuidar dos sentidos e significados atribuídos à ela pelos educandos. A escola precisa entrar em sintonia com os alunos, pensar em alternativas de diretrizes,

[...] abrir espaços para que as experiências trazidas pelos educandos e educandas se manifestem e, mais que isso: sejam levadas em consideração e escutadas no momento de refletirmos sobre o que realmente faz sentido e tem relevância que justifique sua inclusão numa determinada configuração curricular. [...] (BARCELOS, 2010, p.58)

Em segundo lugar, a escola precisa tomar como ponto de partida que os alunos frequentadores de classes de alfabetização de jovens e adultos são seres pensantes, atuantes na sociedade, portadores e produtores de idéias, e que apesar de não dominarem o sistema de escrita, trazem inúmeras experiências. Infelizmente ainda hoje percebemos em salas de aulas, educadores que partem apenas do princípio de que os alunos “não sabem ler e escrever”, ignorando a heterogeneidade do conhecimento e dos saberes dos mesmos.

[...] O analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. [...] (FREIRE, 1986, p.72)

Daí a importância do diálogo entre educador e educandos, em relação a assuntos concretos, sobre o seu contexto, oferecendo ao alfabetizando os meios com os quais possa se alfabetizar. Segundo Freire (1983, p.72), “por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador.”

Loch, caracteriza muito bem quem são, o que buscam e o que na maioria das vezes os alunos frequentadores das classes de educação de jovens e adultos encontram nas escolas, quando diz:

[...] Muitos destes sujeitos retornam à escola com a esperança de melhorar suas formas de sobrevivência, a sua autoimagem, a estabilidade nos empregos, etc. Muitas vezes não alcançam o que desejam porque, na EJA, os conteúdos trabalhados são vazios de significado para eles, distantes das suas realidades e necessidades . A EJA deve constituir-se, assim, em um espaço acolhedor, instigando-lhes a criticidade e não visando apenas à sua formação técnica/profissionalizante. Justifica-se, assim, o tema escolhido por ser condizente à realidade dos educandos, e pretender favorecer-lhes o acesso ao conhecimento e à cultura. [...] (LOCH, 2010, p. 25)

Dada a evidência da grande heterogeneidade presente no grupo frequentador desta modalidade, caracterizado não apenas por uma questão de especificidade etária, como também cultural, dever-se-ia ter um currículo especialmente pensado para EJA. Infelizmente, o que podemos perceber na maioria das vezes, que quando as secretarias de educação dos municípios pensam em um currículo na Educação de Jovens e Adultos, acabam seguindo as mesmas orientações e perspectivas curriculares que nos levaram aos modelos atuais de currículo nas demais modalidades regulares. A educação de jovens e adultos precisa de um currículo próprio, que considere as peculiaridades do educando que frequenta esta modalidade de ensino.

[...] é importante planejar pesquisando sobre a vida dos jovens e adultos, tornando-os também autores e participantes do planejamento, ao incorporar ao currículo os processos históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos que constituem o seu tempo, as contradições presentes na sociedade, os conhecimentos que constituem a cultura popular, enfim, para que os sujeitos se constituam continuamente e se construam conscientes de si, dos outros e do mundo. [...] (LOCH, 2010, p. 22)

Os alunos freqüentadores das classes de educação de jovens e adultos, ao retornarem à escola, precisam sentir-se envolvidos, acolhidos no processo de ensino-aprendizagem, seus conhecimentos precisam ser valorizados e servirem de ponto de partida para serem articulados aos novos conhecimentos. Os educadores precisam estar atentos à realidade a sua volta, descobrir assuntos que valorizem o conhecimento dos alunos, articulando-os com os conhecimentos clássicos formais exigidos pela escola, despertando a curiosidade, fazendo com que dessas experiências novos questionamentos sejam formulados, gerando novas descobertas e compreensões. Caso contrário, na falta de sintonia entre escola e educandos, os mesmos podem abandonar mais uma vez os bancos escolares, sendo que alguns nunca mais voltarão, outros, mais persistentes, possivelmente mais tarde, irão matricular-se novamente.

### **3.4 Saberes necessários ao educador da EJA**

Independente da etapa ou série em que atua o educador, alguns saberes são indispensáveis à prática docente e fundamentais para garantirem a qualidade da ação educativa. No caso da educação de jovens e adultos os educadores precisam ter alguns cuidados a mais, considerando a especificidade desses alunos.

Inicialmente o educador deve ter o cuidado de não somar novos elementos de exclusão, garantindo condições de permanência dos jovens e adultos na escola. Diminuir a distância entre o que esperam os alunos e o que a escola lhes oferece é fundamental. Além disso, a conscientização por parte dos educadores, que adultos analfabetos não são crianças, também é um elemento fundamental no processo de educação de jovens e adultos. É necessário que os métodos de ensino aplicados sejam próprios, adequados para atender a estes estudantes.

Considerando que as aprendizagens acontecem em função das necessidades e das vontades dos indivíduos no meio social em que estão inseridos e que quando a aprendizagem não tem sentido, o sujeito demora a internalizá-la, os educadores precisam ter muito cuidado na escolha do assunto a ser trabalhado, tendo em vista que esse deve trazer a intencionalidade de instigar os educandos a uma análise crítica de suas realidades para atuarem sobre elas.

Outro cuidado que os educadores que atuam nas classes de EJA precisam ter, é em relação a baixa auto-estima, característica muito freqüente encontrada nos alunos freqüentadores desta modalidade de ensino. Devido as situações de fracasso escolar vivenciadas pelos estudantes em suas passagens anteriores pela escola, eles retornam às salas de aula revelando uma auto imagem muito fragilizada. Nestes casos, o papel do educador é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. É necessário que ele encontre maneiras de diminuir essa fragilidade e insegurança e uma forma, é através da valorização dos saberes que os alunos trazem, resgatando a sua auto imagem positiva, possibilitando a abertura de um canal de aprendizagem, com maiores garantias de êxito.

Segundo Souza (2007), o educador de EJA, precisa assumir-se como profissional libertador, apresentando uma postura crítica em relação à realidade vivida. Além disso, não pode agir posicionando-se como um comandante, e sim, como um articulador. O educador deve fazer do ato educativo um ato de conhecimento, deve respeitar o educando e a si próprio como sujeitos do conhecimento, além de estar em constante processo de formação. Valorizar a cultura dos educandos e a própria sociedade como fonte de problematização dos conhecimentos.

A educação tem caráter permanente, e o saber se faz através de uma superação constante. O homem é um ser inacabado, incompleto. Desta forma, o educador não pode se colocar na posição de superior que ensina um grupo de ignorantes e sim, alguém que participa na construção de novos saberes, a pessoas que possuem outros saberes relativos. Os alunos trazem saberes socialmente construídos na prática comunitária que devem ser respeitados pelos educadores.

## 4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Entender a relação entre alfabetização e letramento é fundamental para que possamos construir práticas efetivas de ensino de leitura e escrita em qualquer classe de alfabetização. Considerando que um dos principais objetivos de uma turma inicial de educação de jovens e adultos é alfabetizar letrando, neste capítulo, faremos uma reflexão sobre esses dois termos além de algumas estratégias pedagógicas interessantes.

### 4.1. Definição dos termos

O termo alfabetização existe a séculos em nosso vocabulário, porém, desde que a palavra letramento surgiu, a partir da segunda metade dos anos de 1980, esses termos tem se mesclado e confundido as pessoas. Na realidade, essas duas palavras possuem significados distintos.

Soares (1998), aponta a idéia de que a palavra letramento, surgiu da necessidade de nomear um fenômeno que se existia anteriormente, não havia sido percebido pelos educadores. O fato das pessoas aprenderem a ler e escrever, e não incorporarem a prática da leitura e da escrita, não adquirirem competência para usar tanto uma como a outra em práticas sociais.

Ebert explica que,

[...]As discussões que deram origem ao termo letramento surgiram devido à constatação de que, nas sociedades grafocêntricas, em que o sujeito convive constantemente com a escrita, saber ler e escrever não basta. É preciso também saber fazer uso da escrita e da leitura respondendo às exigências impostas pela sociedade. O letramento é um processo cujo início antecede ao da alfabetização, pois, apesar de, geralmente, iniciar formalmente na escola, começa muito antes, através do convívio com a escrita.[...] (EBERT, [s.d., p.7])

Para Soares (1998), os conceitos de alfabetização e letramento no Brasil se superpõem, se mesclam e frequentemente se confundem. Embora interligados, são específicos, para ela, o

termo alfabetização é utilizado com um sentido restrito, referindo-se aos sujeitos que aprenderam o código escrito, sendo que o termo letramento refere-se aos sujeitos que aprenderam a ler e a escrever e o fazem. Alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita. Nas palavras da autora,

[...] Retomemos a grande diferença entre alfabetização e letramento, entre alfabetizado e letrado: um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que usa socialmente a leitura e escrita, mas que pratica a leitura e escrita, que responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita. [...] (SOARES apud CHRISTOFOLI, 2010, p. 78).

Para Soares (1998, p. 36), “o letramento traz conseqüências (políticas, econômicas, culturais etc) para indivíduos e grupos que se apropriam da escrita, fazendo com que esta se torne parte de suas vidas como meio de expressão e comunicação.” E, ao tempo em que o conceito de letramento é distinto do conceito de alfabetização, ambos deveriam se constituir em ações inseparáveis. O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

[...]Alfabetização é a ação de ensinar a ler e a escrever, é oportunizar a interação do sujeito com a linguagem escrita para que ele reconstrua e dela se aproprie, lendo e escrevendo. Alfabetizado é o sujeito que percorreu todos os níveis da evolução da escrita e chega ao nível alfabético, sendo capaz de ler e escrever qualquer palavra. [...] (CHRISTOFOLI, 2010, p.77)

Ao chegar ao nível alfabético, o indivíduo compreendeu o sistema de representação da linguagem escrita, ele é capaz de fazer a correspondência entre elementos sonoros e a grafia, embora ainda não escreva conforme os padrões da norma culta, seguindo as regras

ortográficas, pois a ortografia é adquirida com a prática da leitura e escrita, mas, já podemos considerá-lo alfabetizado.

Diferente da concepção de Soares, que analisa a questão do letramento sob uma perspectiva mais pragmática e escolarizada, é a concepção de Tfouni. Para ela, “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.” (TFOUNI apud CHRISTOFOLI, 2010, p.78).

Uma outra concepção é a de Ferreira, que, conforme Christofoli, a autora contesta a utilização simultânea dos dois termos. Para Ferreira, não seria necessário utilizar-se o termo letramento, pois, a utilização dele, reduz o conceito de alfabetização, pois a alfabetização envolve um processo muito mais amplo que o mero domínio do código.

Conclui-se, que apesar dos conceitos serem distintos, as ações devem ser inseparáveis e simultâneas, pois, a partir do momento em que o indivíduo aprende a ler e a escrever e passa a exercer as práticas sociais que usam a escrita, passa a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, torna-se uma pessoa diferente, passa a ter uma forma de pensar diferente, adquire uma outra condição, modifica seu modo de viver em sociedade.

#### **4.2. Alfabetizando e letrando nas classes de educação de jovens e adultos**

Os alunos da EJA, buscam nas classes de alfabetização de adultos, sua dignidade como indivíduos sociais, através do processo de leitura e escrita, que lhes proporcionará uma nova oportunidade para não serem mais excluídos pela sociedade.

Nessa perspectiva, o profissional da EJA, deve servir como ponte deste resgate social, através de seu planejamento, adaptando às atividades desenvolvidas na sala de aula ao cotidiano dos alunos. Desta forma, os educandos poderão transpor o que é construído em sala de aula, para sua realidade, modificando conforme a sua necessidade. Essa prática permitirá que os sujeitos enxerguem a realidade a qual estão inseridos e intervenham conscientemente nela.

Na tentativa de escrever dos alunos, o que precisa prevalecer é a construção de uma mensagem escrita com clara intenção comunicativa, e não a construção de palavras, frases ou

fragmentos de escrita, baseados em sons e sílabas que se unem de maneira mecânica e sem sentido. A interação dos alunos com textos reais e contextualizados facilita a sua compreensão por conter expressões presentes em seu cotidiano, com conteúdo significativo e que, por isso, cumpre alguma função social. Nessa perspectiva, é importante oferecer aos alunos textos significativos, que façam parte da sua realidade, que acolham suas necessidades, que sejam de seu interesse. Textos que façam parte da cultura popular, do folclore regional e nacional, parlendas e provérbios, por exemplo, pelo fato de serem conhecidos pelos alunos, são excelentes materiais que, além de oportunizarem ricas discussões, enriquecem o espaço da sala de aula.

O processo de alfabetização não se resume à aprendizagem de como juntar letras para formar palavras, para alfabetizar de fato, e com o objetivo dos alunos tornem-se leitores autônomos e com a capacidade de se comunicarem por escrito de maneira eficiente, é preciso introduzi-los no universo da escrita, mostrando-lhes vários tipos de textos existentes.

Outdoors, panfletos, receitas, manuais, receitas médicas, bulas de remédio, documentos pessoais, anúncios de jornais, revistas, charges, quadrinhos, poesias, letras de música, bilhetes, ofícios, gravuras, entrevistas, crônicas, fábulas, embalagens, filmes, desenhos, propagandas, jogos, enfim, fazemos parte de uma sociedade letrada, em que a escrita é constante nas variadas atividades do cotidiano e, embora a pessoa ainda não esteja alfabetizada ou apresente pouco conhecimento alfabético, é portadora de muitos saberes relativos ao uso da escrita ! Qualquer pessoa é capaz de identificar e reconhecer a função da escrita na sociedade, mesmo não possuindo conhecimento alfabético. Um sujeito alfabetizado não é necessariamente um sujeito letrado e vice-versa. Alfabetização e letramento são processos diferentes ! Letramento significa muito mais do que saber ler e escrever ! Letramento é o processo de inserção e participação em uma sociedade grafocêntrica. É um processo com dimensão social, um conjunto de práticas sociais referentes à leitura e à escrita. Letrar, é colocar o sujeito no mundo letrado, trabalhando com os distintos usos da escrita e esse fenômeno do letramento inicia muito antes da alfabetização, através da interação do sujeito com práticas de letramento como reconhecer figuras, identificar símbolos comerciais, contar histórias, desta forma, trabalhar com textos considerados por certos educadores como “não-escolares”, como os acima mencionados, podem proporcionar maior motivação na aprendizagem da leitura e escrita, além de enriquecer os conhecimentos, instigam o desejo de realizar produções textuais próprias, desenvolve a competência discursiva e amplia a capacidade de produzir e interpretar textos. É necessário investigar as práticas sociais que fazem parte do cotidiano dos alunos

para adequar as aulas ao seu nível de letramento. A diversidade de gêneros ajuda na ampliação do universo cultural e no contato constante com o mundo letrado.

Desta maneira, estaremos lutando por

[...] um tipo de educação que sonhe participar dentro e fora da sala de aula, da criação de pessoas capazes de aprender a conhecer e a compreender por conta própria, mas umas através das outras, o tipo de sociedade em que vivem. Isso quando cremos que um outro mundo é possível. E sujeitos culturais aprendentes, que sejam capazes de se integrar e participar dos círculos de vida social onde pessoas educadas para o exercício da cidadania produzam o tipo de mundo da vida cotidiana onde devem viver as pessoas cidadãs. [...] (BRANDÃO apud LOCH; BINS; CHRISTOFOLI; VITÓRIA; MORAES; HUERGA , 2010, p.11).

Enfim, estaremos lutando por um tipo de educação onde todos estejam envolvidos, acolhidos, uma educação em que escola e educandos estejam em sintonia. Uma escola que não apresente distância entre o que esperam os alunos e o que a escola lhes oferece. Uma educação que prepare o educando para a vida em sociedade. Um tipo de educação que desenvolva sujeitos capazes de praticarem o exercício da cidadania.

## **5 TEORIAS E MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

O processo educacional mundial é marcado por diversas abordagens que foram surgindo para atender a realidade de cada momento histórico. Muito antes da existência das escolas e do sistema de ensino que conhecemos, a prática da educação já era uma grande preocupação. Questões relacionadas a forma de ensinar, estratégias utilizadas, entre outros aspectos, já faziam parte das reflexões de teóricos e pensadores da educação, desde as primeiras civilizações. Percebe-se que muitos teóricos do passado, até os mais longínquos, contribuíram para a consolidação da escola como conhecemos hoje e suas teorias e argumentos exercem ainda fortes influências na educação.

Por trás do trabalho de qualquer professor, estão séculos de reflexões sobre o ofício de educar. Mesmo os profissionais que não conhecem a obra de Paulo Freire, Emília Ferreiro, entre outros, trabalham sob a influência desses, na forma como suas idéias foram incorporadas à prática pedagógica, à organização do sistema escolar, entre outros aspectos.

Apesar de muitos outros teóricos terem influenciado e contribuído para o processo educativo, como o presente trabalho trata-se mais especificamente de alfabetização de adultos, e levando em consideração que tratar deste tema, sem mencionar Paulo Freire, Emilia Ferreiro e Álvaro Vieira Pinto é impossível, verificar-se-á como pensavam esses referenciais educativos.

Paulo Reglus Neves Freire, defendia a educação como um ato solidário, coletivo, um processo de trocas entre as pessoas. Para Freire, o alfabetizador precisa inicialmente através de conversas informais, fazer uma pesquisa, uma descoberta, um levantamento do universo vocabular, cujo objetivo é perceber quais os vocábulos mais utilizados pelos sujeitos a serem alfabetizados.

Durante o período de estágio verificou-se, que ao trabalhar um assunto específico, escolhido pelos alunos, uma aluna não queria realizar as atividades propostas, ficava a aula inteira querendo escrever o seu nome completo, só o seu nome lhe interessava, então após uma conversa, descobriu-se que a mesma estava aguardando o momento de ser chamada pelo banco para assinar um empréstimo, que objetivava a construção de sua casa própria, sendo que a mesma temia muito que no momento da assinatura do contrato, negassem a ela seus direitos pelo fato de não saber escrever naturalmente o seu nome completo e ter que copiar de

um outro local onde o mesmo estivesse escrito. Conclui-se, que ao escolher palavras de profundo significado para os sujeitos, estamos assegurando o envolvimento do educando com elas.

Segundo Brandão (1981, p.30), para Freire, [...] “as palavras não são só um instrumento de leitura da língua; são também instrumentos de releitura coletiva da realidade social onde a língua existe [...]

Através da pesquisa das palavras, do universo vocabular dos alunos, é possível diminuir a distância entre educador e educandos, reconhecer a realidade que os cerca, o modo de vida, os lugares.

Segundo Brandão (1981), com o material recolhido na pesquisa, faz-se uma seleção de palavras geradoras, através dos seguintes critérios: riqueza fonética, dificuldades fonéticas, aspecto pragmático da palavra. Depois de selecionadas mais ou menos 18 palavras que servirão de base para as lições, o próximo passo é a discussão de situações da realidade local, nas quais são colocadas as palavras geradoras, com o intuito de abrir perspectivas para análise crítica consciente dos problemas. As palavras são apresentadas em cartazes com imagens e então, inicia-se uma discussão para significá-las na realidade da turma. Em seguida, são criadas fichas roteiro para a organização dos debates e por fim, a criação de fichas de palavras para decomposição das famílias fonéticas. Cada palavra geradora passa a ser estudada através da divisão silábica, cada sílaba se desdobra em sua família silábica e o próximo passo é a formação de novas palavras, utilizando as famílias silábicas trabalhadas.

[...] Tomemos por exemplo a palavra “tijolo” como a palavra geradora, colocado numa “situação” de trabalho de construção. Discutida a situação em seus possíveis aspectos, faz-se a vinculação semântica entre a palavra e o objeto que designa. Visualizada a palavra dentro da situação, será apresentada imediatamente: TIJOLO. Visualizados os “pedaços” – e sem depender de uma ortodoxia analítico-sintética - começa-se o reconhecimento das famílias fonéticas. A partir da primeira sílaba TI, ajuda-se o grupo a conhecer toda a família fonética resultante da combinação da consoante inicial com as demais vogais.” [...] (FREIRE, 1986, p 77)

Através deste método, construído em cima da idéia do diálogo entre educador e educando, sobre situações concretas, utilizando vocábulos ligados a experiência dos alunos, estaremos oportunizando aos mesmos de tornem-se agentes de sua aprendizagem.

Outra autora que merece destaque é Emilia Ferreiro. Ela promoveu a continuidade do trabalho de Jean Piaget, sobre a epistemologia genética. Para ela, a construção do conhecimento da leitura e escrita tem uma lógica individual, sendo que até o indivíduo se apossar do código lingüístico e dominá-lo ele passa por um processo de avanços e recuos. De acordo com as idéias da teoria exposta em Psicogênese da Língua escrita, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada. Os adultos também passam por essas hipóteses de escrita, ou níveis são eles:

**Nível pré-silábico:** Neste nível a criança ou o adulto não descobriu ainda o que a escrita representa, não estabelece relação entre fala e escrita. Como conhece algumas letras, principalmente as do seu nome, tenta juntar aleatoriamente essas letras, se solicitado a escrever do seu jeito alguma palavra. Quando criança, o sujeito utiliza diferentes formas de representação (garatujas, desenhos, números) para escrever. Há uma grande variação de caracteres. Pode acontecer que o tamanho maior ou menor do objeto corresponda ao tamanho maior ou menor da palavra. Exemplo: ao escrever a palavra BOI, pensa no tamanho do animal, por isso, escreve a palavra com muitas letras, se for escrever a palavra formiguinha, colocará poucas letras na sua escrita.

**Nível silábico:** Chega à hipótese de que a escrita representa a fala. Neste nível a criança ou o adulto relaciona grafia e sons, de maneira que representa cada sílaba (som) por meio de uma letra. No nível silábico primitivo, ela representa a sílaba com qualquer letra, é aleatório. Quando alcança o nível silábico evoluído, ela passa a representar a sílaba com a vogal ou a consoante que aparece na sílaba. Por exemplo: a palavra boneca poderá ser escrita como BNC ou OEA. Isso ocorre porque o indivíduo passa a representar partes sonoras estáveis das sílabas. O aluno tenta corresponder um fonema a cada grafema (som da fala a cada letra escrita). A utilização dos símbolos gráficos é aleatória e nem sempre a representação dos fonemas corresponde a escrita convencional. Para o sujeito passar deste nível para o próximo, é imprescindível que ele descubra a construção da sílaba. Isso será possibilitado através de jogos, manuseio com alfabeto móvel. Ao colocar uma consoante e ao seu lado as vogais, o sujeito descobrirá a família silábica e transporá este conhecimento para as demais consoantes.

**Nível silábico-alfabético:** é um estágio entre a correspondência silábica e a alfabética. A escolha das letras pode seguir um critério fonético ou ortográfico. Nesta fase o indivíduo evolui para uma representação mais completa dos sons das palavras. É comum neste nível que na representação gráfica faltem algumas letras, o que leva alguns profissionais a confundirem

nível de evolução da escrita com dificuldade de aprendizagem. A escrita pode representar algumas sílabas com características do nível silábico e outras, do nível alfabético. A palavra boneca, por exemplo, pode ser escrita como: BNCAOE ou BNEC ou BONCA.

Nível alfabético: Ao chegar neste nível, pode-se considerar que o aluno atingiu a compreensão do sistema de representação da linguagem escrita, compreendendo que a sílaba pode ser desmembrada em letras e que é necessária a análise fonética das palavras para escrevê-la. O sujeito consegue compreender que uma sílaba pode ser formada por uma, duas ou três letras. No entanto pode escrever sem demonstrar o uso correto da grafia. Neste nível o indivíduo faz a correspondência da grafia com fonemas (unidades sonoras da língua) que favorece a diferenciação das palavras pelos sons (fonemas) e sinais gráficos da língua (grafemas). Portanto, ele é capaz de fazer a correspondência entre elementos sonoros e a grafia. Nesta fase o aluno ainda não é ortográfico, ou seja, ele ainda não escreve conforme os padrões da norma culta, seguindo as regras ortográficas. A ortografia é adquirida com a prática da leitura e escrita. Esse nível consiste ainda em uma escrita bastante fonética, pois a tendência do sujeito é escrever exatamente o que ouve, por exemplo: FOLIA (folha), CRIÃOÇAS (crianças) (MELO; RIBEIRO; PINTO)

As evidências de Emília Ferreiro foram percebidas durante o período de estágio. Não foram identificados alunos em níveis primitivos de concepção do sistema da escrita como as crianças, que utilizam desenhos para produzir escrita ou criar outras letras que não são usadas convencionalmente, porém, foram visíveis os demais níveis da escrita.

As contribuições de Ferreiro foram fundamentais para a prática durante o período de estágio, pois foi possível compreender o que estava acontecendo com cada alfabetizando, em que nível o mesmo se encontrava e, ao mesmo tempo em que era diagnosticado o nível de escrita, era possível intervir melhor nesse processo, pois existem mediações do professor, atividades que para um aluno pré-silábico, às vezes são significativas mas para um aluno silábico ou alfabético, já não são. Diagnosticar o nível em que se encontra cada aluno, é condição indispensável para o sucesso do processo de alfabetização, pois, ao identificar a etapa em que se encontra o aluno, o educador tem condições de selecionar estratégias e metodologias eficientes e adequadas para cada nível. Considerar as hipóteses que os alunos elaboram sobre o processo da escrita auxilia muito. Saber como esse aluno vem construindo o seu processo de aprendizagem, no tocante à alfabetização, nos aponta caminhos para que possamos intervir de forma mais significativa.

Álvaro Vieira Pinto, intelectual de grande prestígio, em sua longa trajetória no terreno de EJA, também apresenta muitas contribuições a respeito do dilema dos adultos desescolarizados, segundo ele,

[...] “o homem é sempre um reivindicante em educação. A educação é um processo contínuo no indivíduo. Não pode ser contida dentro de limites prefixados. Em virtude do caráter criador do saber, que todo saber possui, o homem que adquire conhecimentos é levado naturalmente a desejar ir mais além daquilo que lhe é ensinado.” [...] (PINTO, 1988, p. 194)

Desta forma, o papel do educador é o de ser o mediador deste processo, possibilitando ao educando oportunidades e condições para que ele busque sempre mais desafios. Tornando o educador também sujeito desse processo e não simplesmente uma figura a parte, dona de todo o saber. O educador precisa desafiar os educandos constantemente, incentivá-los na busca de explicações para os problemas, desafiá-los a desenvolverem processos de interação nos quais as trocas de experiências e de idéias abram novas possibilidades de questionar e de compreender o mundo, pois, só buscamos respostas quando temos uma pergunta, só procuramos alguma coisa quando sentimos necessidade e temos uma idéia acerca do que queremos encontrar!

Para Pinto (1989, p.29), “*a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.*” (grifo do autor). A educação é uma tarefa social permanente ao longo da vida de qualquer indivíduo, pois, durante a sua existência, os desafios e as tarefas que a sociedade impõe, exigem distintas capacidades de ação e trabalho.

[...] A finalidade da educação não se limita à comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico, etc. Esta comunicação é indispensável, está claro, porém o que se intenta por meio dela é a *mudança de condição humana* do indivíduo que adquire o saber. Por isso, a educação é substantiva, *altera o ser do homem*. A não ser assim, seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento *transformador* de seu mundo. [...] (PINTO, 1989, p.49, grifo do autor.)

Analisando o pensamento dessas três referências pedagógicas, observa-se que:

Semelhante ao método de Paulo Freire, é o raciocínio de Pinto (1989), em relação a necessidade do educador partir dos elementos que compõem a realidade do educando, seu mundo de trabalho, suas crenças, valores, relações sociais. Para Pinto (1989), a aprendizagem deve partir de palavras motivadoras, que tenham sentido para os alunos, transformando os educandos em sujeitos de sua transformação pessoal, ao contrário de serem objetos da ação do educador.

Outros pontos comuns com as idéias de Freire e Pinto, são em relação ao caráter permanente dado à educação e o fato de que cada indivíduo deva ser sujeito de sua própria aprendizagem.

Percebe-se que, tanto Paulo Freire como Emília Ferreiro, colocam o educando como sujeito da aprendizagem e rejeitam uma linguagem artificial, para eles é preciso alfabetizar com linguagem significativa.

Entende-se a partir das idéias apresentadas, que em um primeiro momento, é necessário que o educador investigue um ponto de partida, construído sobre o conhecimento prévio dos envolvidos, para a definição do tema a ser trabalhado. Desta forma, trazendo a cultura do aluno para dentro da sala de aula, estaremos valorizando o conhecimento dos mesmos e estabelecendo vínculos entre a aprendizagem que acontece na escola e a vida do educando, tornando a aprendizagem muito mais significativa, inquietante e desenvolvendo alunos críticos e conscientes.

## **6 EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO NA EJA: RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA**

Desde o início de minha caminhada como educadora, que iniciou em 1995, até o período de estágio, não havia vivenciado nenhuma experiência com a educação de jovens e adultos. Meu estágio, por sua vez, foi realizado com uma turma de alfabetização de jovens e adultos, composta de 9 alunos, com idades que variavam de 17 a 63 anos. Apesar das dificuldades devido à inexperiência, no decorrer desta prática tão significativa para minha formação, muitas foram as oportunidades de desenvolvimento de habilidades pedagógicas e comportamentos necessários à ação docente. A experiência também proporcionou a geração de conflitos internos em relação à prática, bem como confrontos de crenças desenvolvidas ao longo do curso com a realidade da sala de aula. O que resultou em exercícios de pensar a prática numa perspectiva transformadora, componente decisivo no processo de amadurecimento profissional, uma vez que minhas ações pedagógicas eram refletidas criticamente por mim, conforme ensinou o mestre Paulo Freire.

A primeira dificuldade encontrada, foi em relação as características da turma. Apesar de poucos alunos, a turma era heterogênea, os alunos apresentavam baixa estima, insegurança, timidez, eram pouco participativos, carregavam consigo uma ânsia de tirar o atraso e eram muito resistentes ao que não fosse tradicional.

Especialmente os alunos mais velhos, esperavam que as aulas fossem apenas expositivas e agiam inicialmente como elementos passivos, apenas recebendo e assimilando o que fosse transmitido. Quando se deparavam com aulas nas quais eram convidados a pensar juntos, a resolver desafios diferentes dos exercícios mais convencionais, resistiam e acreditavam que esse não era o caminho para aprender.

Como obter a participação de alunos com essas características, em diálogos, reflexões coletivas, troca de idéias e de experiências, se eles não acreditavam nessa forma de aprendizagem ? Como romper com a representação de escola tradicional que tinham ? Como acolher e motivar os alunos de forma que este não seja mais um retorno à escola seguido de um abandono que talvez possa significar um afastamento definitivo ? Como deve ser o processo de alfabetização desses jovens e adultos ? Que metodologias utilizar ?

Segundo Freire, (1999, p. 39), “É próprio pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo...”. É necessário

que o educador aprenda a trabalhar com a rejeição, pois, sempre correrá riscos, nem sempre o que é proposto poderá ser aceito.

Por exemplo, a tarefa de obter a participação de alunos em diálogos, reflexões coletivas, troca de idéias e de experiências, não é nada fácil, ainda mais se a turma é pouco participativa e se os alunos não acreditam nessa forma de aprendizagem. Nessa situação, é necessário respeitar os alunos, ser coerente, e criar alternativas de introduzir aos poucos o diálogo, desafiando o grupo, revelando a necessidade e importância dessa metodologia.

Alunos das classes de EJA trazem uma grande experiência acumulada e a ação educativa precisa aproveitar esse saber cotidiano e problematizá-lo, buscando a reflexão crítica, a possibilidade de superação, a aquisição de novos conhecimentos, bem como o desenvolvimento das capacidades.

Escutar as histórias dos educandos é uma excelente forma de compreender o mundo em que vivem e o sentido que atribuem as suas experiências. É fundamental respeitar os saberes e fazeres que são verbalizados em sala de aula, pois, ao contar sua história, cada pessoa apresenta de alguma maneira a sua “leitura do mundo”. Esse espaço que o educador abre e a valorização que o mesmo dá às manifestações dos alunos, auxilia na reflexão do educador frente ao que realmente tem relevância e mereça inclusão no currículo.

O professor precisa estar atento à realidade a sua volta, descobrir assuntos ou acontecimentos importantes que despertam a curiosidade dos alunos. E é através do diálogo que ele perceberá o que os alunos sabem sobre aquele assunto, procurando entender como chegaram a formular aquelas opiniões.

Num segundo momento favorecer a comparação entre as opiniões semelhantes ou divergentes, fazendo questionamentos para que os alunos se interessem pela busca de maiores informações sobre o tema, de modo a melhorar a compreensão que tem sobre o tema abordado.

Essa metodologia, além de aumentar a motivação da turma, tão importante na rotina da classe de alfabetização de jovens e adultos, possibilita com que o educador articule os conhecimentos escolares clássicos formais, exigidos pela escola, com conteúdos de interesse da turma que possam contribuir para ações concretas que os alunos podem ser capazes de desenvolver na vida cotidiana, para melhorar sua qualidade de vida, bem como, associar a vida do conjunto da sociedade.

Esse exercício de escuta do educador, auxilia também em outro ponto que Paulo Freire enfatiza, “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, pois essa escuta atenta e respeitosa

aos sentidos e significados atribuídos à escola pelos alunos, possibilitam (re)(des)construções da prática pedagógica.

[...] A escola é vista pelo alfabetizando como o único local de transmissão de conhecimentos. O conhecimento também é visto como algo pronto, acabado e possível de ser “digerido”. Os adultos analfabetos supõem que o professor saiba tudo, enquanto eles nada sabem, porque desvalorizam a acumulação propiciada pelas experiências fora da escola.[...] (OTERO; ARMELLINI; ALLGAYER; BAQUERO, 1993, p. 11)

Muito bem definido pelos autores na citação acima, esse também era o pensamento dos alunos no início do período de estágio, dificultando muito o trabalho pedagógico. Desta forma, era necessário pensar alternativas pedagógicas que dialogassem com a realidade, que estivessem abertas para receber as contribuições e acréscimos daqueles e daquelas que estavam no espaço escolar, valorizando os saberes dos mesmos. Era necessário ajudar os educandos a tomarem consciência da sua própria capacidade para transformar, o que no meu ponto de vista, foi muito difícil.

Segundo Freire, “Daí que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza.” (FREIRE, 1977, p.111)

Ou seja, o educador precisa utilizar métodos que sejam instrumentos também dos educandos, não só dos educadores. O analfabeto não pode ser reduzido simplesmente a condição de objeto, ele precisa ser visto e sentir-se como sujeito da alfabetização, como sujeito da aprendizagem. E o professor tem papel fundamental nesse processo de transformação.

No início do estágio, apenas dois alunos apresentavam leitura com pouca prática e escrita deficitária, ou seja, sabiam ler vagarosamente, recorrendo ao silabado ou soletrado, muitas vezes perdendo o sentido das frases e escreviam com problemas ortográficos, de estrutura de frases e de pontuação, os demais alunos, sequer conheciam as letras do alfabeto. Segundo Patto (1997, p. 23) “o professor deve ter uma concepção do educando como um corpo de conhecimento e como tal, um ser ímpar, com gostos e valores diferentes.”

Desta forma, para se obter êxito em uma turma heterogênea, como a que tinha no estágio, é necessário trabalhar propostas individuais, apresentar um tratamento diferenciado, atividades variadas, dinamismo nas atividades, priorizando cada educando individualmente, proporcionando maiores condições para que os mesmos se mantenham na escola, o que dificilmente aconteceria caso houvesse uma coletivização das estratégias, pois, desta forma não seria possível atender aos problemas diferenciados de aprendizagem.

O ponto de partida para a alfabetização deve ser a realidade de cada aluno, aquilo que constitui seu universo vocabular, nesta proposta o importante é considerar o significado, o sentido que das palavras para o aluno e depois passar a decifração do código escrita. Primeiro incentivar a fala do aluno e aos poucos ajudá-lo a transcrever essa fala para o código escrita.

Uma estratégia utilizada durante o período de estágio, e que contava com a participação de todos os alunos, independente do nível de construção de escrita em que se encontravam, era a elaboração de textos coletivos, através dos quais eram trabalhados a organização do texto, o uso da pontuação, a sequência das idéias. Inicialmente era elaborado um plano com os alunos do que pretendíamos escrever, que informações o texto deveria conter e qual a sua sequência. Os alunos iam sugerindo frases, todos davam sugestões sobre a ortografia das palavras, o uso de plurais, a estrutura das frases.

Outra prática diferente que desenvolvia com os alunos, era a escrita através da utilização do computador, pois o mesmo, além de ser uma ferramenta que envolve devido a muitas oportunidades que oferece, como escrever com letra maiúscula, minúscula, colorida e inclusive oportunizar a impressão do trabalho realizado, ele também dá indícios sobre a escrita, pois, ao escreverem, se a palavra não estivesse correta, o computador marcava de vermelho uma linha embaixo da palavra, dando oportunidade dos alunos pensarem o que não estava certo, qual a letra que estava faltando ou sobrando.

Em relação aos métodos de alfabetização, diversos são os defendidos e divulgados por muitos pensadores, estudados durante o magistério e graduação em Pedagogia. Nem sempre eles respondem as questões cruciais da prática. Segundo Trindade, “não há como alfabetizar sem o uso de múltiplos métodos que contemplem os processos de ensino e aprendizagem, isto é, de aquisição (codificação e decodificação) e usos da língua escrita.”

Segundo Carvalho (2009, p. 18), “Durante décadas discutiu-se que métodos seriam mais eficientes.” E que “Muitos desses métodos foram experimentados, em diferentes contextos, com resultados diversos.”

Conforme Carvalho (2009), alguns pontos devem ser observados na escolha do método a ser utilizado. Em primeiro lugar, é necessário ter claro qual é a concepção de leitura e de leitor que sustenta o método. Outro ponto a ser observado é em relação aos objetivos de alfabetizar e letrar. A preocupação em ensinar o código alfabético deve estar tão presente quanto o objetivo de desenvolver a compreensão da leitura. A motivação para que os aprendizes gostem de ler deve estar sempre presente. As etapas ou procedimentos de aplicação devem ser coerentes com os fundamentos do método. O material didático deve ser acessível, simples e de baixo custo. E a fundamentação teórica do método deve ser conhecida e fazer sentido, além de haverem evidências de que o método escolhido tenha sido experimentado com êxito em um número significativo de turmas. Conforme Carvalho (2009), há grandes possibilidades do método proporcionar bons resultados, caso apresente as questões acima elencadas.

Formar indivíduos leitores-entendedores e não somente leitores-decodificadores, ensinar os adultos a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo e com a mesma ênfase, estimulá-los a se tornarem leitores, sujeitos que apropriam da escrita e da leitura a ponto de usá-la com desenvoltura e propriedade, é um grande desafio, porém, não é impossível se o professor tiver bem claro a definição e a importância de cada conceito e se fizer utilização de estratégias adequadas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as reflexões realizadas, oriundas tanto da pesquisa bibliográfica quanto da prática de estágio, percebe-se que apesar da preocupação com o segmento social analfabeto vir de longa data, e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ter conquistado um importante espaço, estabelecendo garantias inéditas, como verificou-se nos aspectos históricos e legais, essas conquistas ainda não foram alcançadas no campo prático, conforme podemos perceber através do resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta uma taxa de analfabetismo de 14,1 milhões de analfabetos entre pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil.

Para reverter esse quadro, algumas medidas são indispensáveis.

Em primeiro lugar, são necessárias alternativas que atraiam a população mais velha e analfabeta às salas de aula, pois, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino indispensável para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Através dela é possível ensinar os adultos a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo e com a mesma ênfase, convidá-los a se tornarem leitores, sujeitos que apropriam da escrita e da leitura a ponto de usá-la com desenvoltura e propriedade.

Além disso, é necessário que sejam tomadas medidas constantes no sistema de ensino visando a diminuição da exclusão escolar de crianças para que estas não venham a constituir-se os jovens analfabetos do futuro.

Dada a evidência da grande heterogeneidade presente no grupo frequentador das classes de educação de jovens e adultos, caracterizado não apenas por uma questão de especificidade etária, como também cultural, faz-se necessária a constituição de profissionais e escolas que contemplem competências e saberes necessários a prática dessa modalidade de ensino, pois, infelizmente, apesar dos avanços ocorridos em relação à Educação de Jovens e Adultos, e da extensa legislação vigente através de Leis, Pareceres, Portarias, Deliberações e Resoluções específicas, ainda é possível perceber práticas que não condizem com os objetivos propostos para essa modalidade de ensino.

Outra medida importante, é que, tanto escola, como educadores, devem ter o cuidado de não somar novos elementos de exclusão, garantindo condições de permanência dos jovens

e adultos na escola, pois, devido as situações de fracasso escolar vivenciadas pelos estudantes em suas passagens anteriores pela escola, eles retornam às salas de aula revelando uma auto imagem muito fragilizada. Nestes casos, o papel do educador e da escola é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. É necessário encontrar maneiras de diminuir essa fragilidade e insegurança. Ao retornarem à escola, os alunos precisam sentir-se envolvidos, acolhidos no processo de ensino-aprendizagem, seus conhecimentos precisam ser valorizados e servirem de ponto de partida para serem articulados aos novos conhecimentos, desta forma, estaremos possibilitando a abertura de um canal de aprendizagem, com maiores garantias de êxito, pois estaremos resgatando a auto imagem positiva dos mesmos.

Além disso, é necessário que a distância entre o que esperam os alunos e o que a escola lhes oferece, seja diminuída. Os conteúdos trabalhados não podem ser vazios de significado, distantes das realidades e necessidades dos alunos. O aluno adulto quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo, desta forma, a aprendizagem só se torna significativa para o aluno se ela for capaz de produzir novos saberes, que façam sentido na vida fora da escola.

Outra medida importante, que pode reduzir sensivelmente o alto índice de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos diz respeito ao funcionamento das escolas, em relação as suas regras e sua linguagem, que devem ser específicas para os alunos que freqüentam as classes de educação de jovens e adultos. A escola precisa se dar conta de que os educandos que a ela estão chegando são outros, não são mais aqueles com os quais ela estava acostumada e para os quais estava preparada, desta forma, os currículos, programas, métodos de ensino precisam ser adequados a esse grupo, que não é o alvo original da instituição.

Em relação a aprendizagem da leitura e escrita, que é um dos principais objetivos de quem busca as classes de alfabetização da modalidade de educação de jovens e adultos, o trabalho realizado pelo professor deve conciliar os dois processos (alfabetização e letramento), assegurando a aprendizagem da leitura e da escrita e possibilitando seu uso nas práticas sociais, pois, para eliminar o analfabetismo é preciso mais do que ensinar a decodificar as letras, é necessário oferecer além das letras, o significado delas no mundo.

Enfim, erradicar o analfabetismo, exige pensar, planejar e desenvolver um espaço de aprendizagens com qualidade. Supõe pensar, planejar e desenvolver um currículo escolar e práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade, que estejam abertas para receber as contribuições e acréscimos daqueles que chegam ao espaço escolar.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 11ª edição

**BREVE Evolução histórica do sistema educacional.** Sistema Educativo Nacional de Brasil. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/historia.pdf>> Acesso em: 20 out. 2010

EBERT, Síntia Lúcia Fae. **A Relação Letramento e Gêneros textuais na alfabetização de jovens e adultos.** Cadernos FAPA. Disponível em: [http://www.educacao.org.br/eja/bibliotecadigital/apoio/Artigos%20sobre%20Educao/alfabetizacao\\_adultos\\_letramento.pdf](http://www.educacao.org.br/eja/bibliotecadigital/apoio/Artigos%20sobre%20Educao/alfabetizacao_adultos_letramento.pdf) Acesso em: 19 nov. 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986. 11ª edição

LOCH, Jussara Margareth de Paula; BINS, Katiuschka Lara Genro; CHRISTOFOLI, Maria Conceição Pillon ; VITÓRIA, Maria Inês Côrte; MORAES, Salete Campos de; HUERGA, Susana. **EJA planejamento, metodologias e avaliação.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

MELO, Lélia Erbolato. **Tópicos de psicolinguística aplicada.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** Maceió: EDUFAL, 2004.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Educação de Jovens e Adultos: Currículo, trabalho docente, práticas de alfabetização e letramento.** Maceió: EDUFAL, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à psicologia escolar.** São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

RIBEIRO, Lourdes E; PINTO, Gerusa R. **O real do construtivismo: práticas pedagógicas e experiências inovadoras.** Minas Gerais: Editora Fapi LTDA. Volume 1

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** São Paulo: Autores associados, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, Maria Antônia de Souza. **Educação de jovens e adultos.** Paraná: Editora IBPEX, 2007.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** São Paulo: Editora Plano, 2004.